



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,36% São Paulo 0,29% Nova York	177.866 176.011 10/713/714/715/7	R\$ 5,078 (+0,01%)	9/julho5,123 10/julho5,123 13/julho5,132 14/julho5,078	R\$ 5,822	14,15%	14,07%	Fevereiro/20260,70 Março/20260,88 Abril/20260,67 Mai/20260,58 junho/20260,16

CONGRESSO

Fazenda fecha acordo para as dívidas rurais

Após várias reuniões, parlamentares concordam em trocar PL de renegociação que tinha impacto fiscal de R\$ 140 bi por nova MP

» ARMANDO HOLANDA

Depois de várias rodadas de negociação, o governo federal e a Câmara dos Deputados fecharam um acordo para viabilizar a renegociação de dívidas de produtores rurais por meio de uma medida provisória (MP), que estava prevista para ser publicada na noite de ontem no *Diário Oficial da União* (DOU). A matéria prevê novos prazos para pagamento, carência, juros diferenciados e a criação de um fundo garantidor para ampliar o acesso ao crédito no setor.

O acordo foi firmado após reunião de representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o ministro da Fazenda, Dario Durigan, ontem, na Residência Oficial da Casa. Após o encontro, Motta disse que a negociação buscou conciliar as demandas do setor com a situação fiscal do país. Com isso, a nova MP dará lugar ao projeto de lei que trata do mesmo tema e que tramitava no Congresso sem apoio do governo por ter um impacto nas contas da União de R\$ 140 bilhões em 10 anos.

“Buscamos uma solução que coubesse dentro das contas do nosso país, dentro das contas do governo, e também levasse em consideração esse momento de tanta dificuldade que os produtores rurais passam”, disse Motta.

O titular da Fazenda, por sua vez, afirmou que o entendimento é resultado de cerca de um ano de negociações e foi construído com participação da equipe técnica da FPA. Segundo ele, a proposta

Reprodução/Portal Gov.br



Medida voltada para produtores agrícolas prevê juros de 5% a 12% ao ano. Expectativa de autoridades é de renegociar até R\$ 100 bilhões

prioriza agricultores atingidos por eventos climáticos e perdas de produção. “Nós estamos fazendo um esforço genuíno de atender o máximo de pessoas, o máximo de agricultores possível”, afirmou.

De acordo com o ministro, a expectativa do governo é de renegociar mais de R\$ 100 bilhões em dívidas dos produtores rurais. Os detalhes do impacto fiscal da medida serão divulgados após a publicação da MP.

Novas regras

Pelas novas regras, produtores que registraram perda de pelo menos 30% da safra poderão renegociar os débitos em até oito anos, com dois anos de carência e sem pagamento de entrada. No caso de produtores do Rio Grande do Sul que sofreram três perdas de safra, o prazo será ampliado para dez anos, também com dois anos de

carência. As taxas de juros variam conforme o porte do produtor e o impacto das perdas, com percentuais entre 5% e 12% ao ano.

A medida também cria um fundo garantidor voltado ao financiamento de médio e longo prazo do agronegócio. A União poderá aportar até R\$ 2 bilhões, enquanto bancos, estados e municípios serão convidados a integrar a estrutura. Segundo Durigan, o

objetivo é reduzir o custo do crédito e ampliar as garantias para futuras operações.

O ministro afirmou que, com o acordo, os produtores já podem procurar as instituições financeiras para iniciar a renegociação dos débitos. “Os agricultores do país devem, a partir de agora, procurar os bancos”, disse, acrescentando que a medida permitirá que o Plano Safra, anunciado recentemente

pelo governo, “comece a operar” normalmente.

A secretária de Política Econômica (SPE) da Fazenda, Débora Freire, reforçou que a MP da renegociação de dívidas rurais é uma medida “específica” para um setor e que, se nada fosse feito, as safras deste ano e do próximo poderiam ficar comprometidas. “É uma medida acertada, que foi pactuada, que foi bastante discutida, para que a gente conseguisse uma medida razoável, adequada, para lidar com esse problema que poderia comprometer as safras deste ano e dos próximos”, afirmou ela, ontem, ao apresentar as revisões das estimativas macroeconômicas da pasta. Segundo a titular da SPE, as medidas de crédito do governo têm diagnósticos e contexto de implementação específicos, ao responder sobre se o boletim Macro Fiscal já incorporava os efeitos dos últimos programas de crédito.

A SPE manteve a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano em 2,3%, mas elevou a expectativa de inflação de 4,5% para 5,1%, acima do teto da meta, de 4,50%, conforme matéria abaixo. “É importante ressaltar que são medidas também muito específicas para atender conjunturas, mas que de um ponto mais macro não tem, digamos assim, uma escala de programa que configure algum estímulo macroeconômico capaz de movimentar, de sobremaneira, tanto a atividade quanto a inflação. Nossa avaliação é essa”, acrescentou Freire. (Com Agência Estado)

INDICADORES

Serviços recuam 0,4% em maio

» RAFAELA GONÇALVES

O volume de serviços recuou 0,4% em maio na comparação com abril, interrompendo a alta de 1,1% registrada no mês anterior. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor de serviços é o que mais emprega na economia e representa cerca de 70% no Produto Interno Bruto (PIB), indicador de toda a riqueza produzida pelo país. A queda foi maior do que o esperado pelo mercado, confirmando o processo de desaceleração da atividade econômica frente ao elevado patamar de juros. Conforme a pesquisa do IBGE, o resultado da PMS de maio foi influenciado, principalmente, pela queda de 1,0% nos serviços de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, além da retração de 1,9% no segmento de outros serviços, que acabaram neutralizando o crescimento dos meses anteriores.

Na avaliação da analista de Macroeconomia da InvestSmart XP, Sara Paixão, o transporte aéreo teve peso importante no desempenho negativo do setor de transportes.

Segundo ela, a queda de 5,1% da atividade na comparação mensal reflete o aumento dos custos operacionais das companhias aéreas. “Foi devido à elevação do preço do querosene de aviação, que encarece as passagens aéreas. Lembrando que, em maio, o preço do petróleo estava em patamares mais elevados”, explicou.

Copo meio cheio

Em sentido oposto, os serviços profissionais, administrativos e complementares avançaram 1,9%, enquanto os serviços prestados às famílias cresceram 0,2%. Já o segmento de informação e comunicação ficou estável no período, amenizando parcialmente o recuo do setor. Apesar da retração mensal, o volume de serviços permanece 19,6% acima do patamar pré-pandemia, registrado em fevereiro de 2020, e está a 0,5% abaixo do pico histórico, alcançado em outubro de 2025. Na comparação com maio do ano passado, o setor avançou 0,4%, acumulando o 26º resultado positivo consecutivo do levantamento.

Para a economista do C6 Bank Claudia Moreno, os dados reforçam um cenário de perda gradual de

Reprodução



Conforme o IBGE, setor está 19,5% acima do patamar pré-pandemia

fôlego do setor, embora a atividade ainda encontre sustentação em alguns segmentos. “Os dados dos serviços até maio indicam um desempenho mais fraco do que projetamos, com alta nos serviços prestados às famílias, mas tendência de queda nos serviços de transportes”, afirmou.

Ainda segundo a economista, o setor deve continuar sendo beneficiado pelo mercado de trabalho aquecido e pela expansão da renda, embora o ritmo da economia brasileira esteja desacelerando. “No entanto, o mercado de trabalho aquecido, a expansão da renda dos trabalhadores e as medidas de estímulo ao crédito adotadas pelo governo podem

oferecer algum suporte ao setor ao longo de 2026”, avaliou.

No acumulado de janeiro a maio, o setor de serviços registra expansão de 1,9% em relação ao mesmo período de 2025. Já no acumulado dos últimos 12 meses, o ritmo de crescimento desacelerou de 2,9% em abril para 2,6% em maio.

Regionalmente, 18 das 27 unidades da Federação registraram queda no volume de serviços em maio. As maiores retrações foram observadas em Mato Grosso (-2,5%), Paraná (-2,3%), Rio Grande do Sul (-2,0%) e Distrito Federal (-1,6%). Em contrapartida, Bahia (2,2%), Rio de Janeiro (1,0%) e São Paulo (0,1%) lideraram os avanços.

Equipe econômica piora cenário para a inflação

» PEDRO JOSÉ*

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda elevou a projeção da inflação oficial para 2026 e manteve a expectativa de cumprimento da meta fiscal, segundo a nova edição do Boletim Macro Fiscal, divulgada ontem. A nova estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano passou de 4,5% para 5,1%, e, para 2027, a projeção foi revisada de 3,5% para 3,6%.

A revisão decorre, principalmente, de choques de oferta, com destaque para a alta dos alimentos. O boletim manteve em 2,3% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano.

Na avaliação do subsecretário de Política Macroeconômica da Fazenda, Rafael Leão, a economia brasileira segue fortemente influenciada por choques de oferta, o que dificulta o controle da inflação e explica parte da revisão das projeções do boletim. “A economia brasileira está operando, na última década, sob choques sucessivos de oferta e não sob um ciclo de demanda normal. Esses choques ainda são agravados por

eventos climáticos, como La Niña, El Niño e chuvas extremas no Sul do país”, afirmou. O governo citou alguns fatores podem contribuir para conter a alta dos preços nos próximos meses, como a expectativa de redução da cotação média do barril de petróleo, que foi revisada pela SPE de US\$ 91,25 para US\$ 79,16.

Na área fiscal, o boletim confirma um quadro preocupante de desequilíbrio entre o ritmo de crescimento da receita e das despesas. Enquanto a receita líquida da União teve alta 4,8%, em termos reais (acima da inflação), entre janeiro e maio de 2026, na comparação com o mesmo período do ano anterior; as despesas primárias avançaram 13%. E, mesmo com esse quadro ruim, a projeção do rombo fiscal foi mantida em R\$ 60,3 bilhões, o equivalente a 0,44% do PIB. Considerando as deduções legais, de R\$ 64,4 bilhões, o governo estima um superávit primário de R\$ 4,05 bilhões para, assim, cumprir a meta fiscal, que permite piso de até zero déficit.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel